

Em vez de fake news, sigam o dinheiro

» LIRIAM SPONHOLZ

Professora visitante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

Em 18 e 19 de novembro de 2024, os líderes das maiores economias do mundo se reunirão na Cúpula do G20 no Rio de Janeiro. O Brasil tem uma meta ambiciosa para este encontro: colocar a pauta digital em alta, sobretudo responsabilizando as big techs pelo combate à desinformação.

Analisando mais concretamente a pauta do G20, dois fatores saltam aos olhos: o primeiro é a concentração nos conteúdos, sobretudo dentro do capítulo chamado integridade da informação. Esse conceito foi analisado detalhadamente pela pesquisadora Nina Santos. Ela aponta que o termo foi criado para atender demandas de países do chamado Norte Global, preocupados com intervenções estrangeiras nos seus processos político-eleitorais (leia-se, aqui, a suposta intervenção de agentes russos nas eleições de Donald Trump em 2016).

A integridade da informação seria o lado avesso da desinformação (informação falsa ou enganosa popularmente conhecida como fake news). Além da desinformação, o termo “discurso de ódio” também é mencionado. Mas qual é o problema de se concentrar em combater fake news e discurso de ódio?

O problema é que ambos são instrumentos para fins, e esses precisam ser tocados pelas políticas voltadas ao meio digital. Tanto discurso de ódio quanto desinformação são, sobretudo, conteúdos em um ambiente digital que não vive de conteúdo, mas, sim, de interação (leia-se gerar público consumidor). É, portanto, no modelo de negócios das plataformas digitais que o problema mora. Um modelo de negócios que impulsiona qualquer conteúdo que gere interação, independentemente da qualidade de tal conteúdo.

De 2017 a 2019, por exemplo, a então empresa Facebook, atual Meta, impulsionou conteúdos que receberam um emoji de raiva, em vez daqueles que receberam likes ou outros tipos de interação. Entre esses conteúdos, havia retórica de intenção polemizadora e discurso de ódio. Por que uma plataforma digital faz isso? Não é para causar danos, é para provocar interação, isto é, cliques, publicidade e financiamento.

Nas eleições de 2018, em meio às eleições presidenciais norte-americanas, um grupo de jovens da Macedônia trabalhou intensivamente na produção e propagação de



“notícias falsas”. Eles não o fizeram por serem apoiadores de Donald Trump, mas, sim, porque as notícias que criaram se transformaram em caça-clicks — os chamados click baits — garantindo-lhes uma renda extra por meio das interações geradas por este.

No entanto, há mais um problema — esse, sim, político — gerado pelo negócio das interações a qualquer custo e que, diferentemente das intervenções estrangeiras na produção de informações falsas, atinge diretamente os países do chamado Sul Global: a radicalização on-line.

Nesse caso, em busca de interações, as plataformas digitais têm levado as pessoas a se fecharem, cada vez mais, em ambiências digitais que compartilham os mesmos valores, conectadas, não só a conteúdos de qualquer tipo, como também a atores sociais. Forma-se, assim, o cenário perfeito para preparar mobilizações on-line que podem resultar em insurreições como as do Capitólio, em 6 de janeiro

de 2021, e as do 8 de janeiro de 2023, no Brasil.

Infelizmente, ao contrário da desinformação e do discurso de ódio, a radicalização on-line que vem fragilizando algumas das maiores democracias do mundo, como o Brasil e a Índia, foi mencionada uma única vez nas agendas oficiais preparatórias para o G20, sem receber qualquer atenção maior.

Por outro lado, seria injusto dizer que a pauta oficial não fala do modelo de negócios das plataformas digitais. O problema é que ele parece ser colocado como um problema a mais, o que inclui desde desinformação, discurso de ódio e modelo de negócios das plataformas até sistemas de inteligência artificial. Por fim, se quisermos ter algum controle social sobre os riscos trazidos pelas plataformas digitais para as nossas democracias, não adianta olhar somente para o conteúdo divulgado via plataformas digitais, é preciso, sobretudo, seguir o dinheiro que financia tais plataformas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Mea Culpa

Até que ponto o fenômeno da violência em nosso país, uma das mais altas taxas em todo o mundo, pode ser considerado uma questão social, ligada, sobretudo, a fatores como desigualdade econômica existente em nossa sociedade? Esse é, entre muitas outras questões, o ponto de partida para que se compreenda esta que é uma das maiores preocupações de nossa população nos dias de hoje.

Um outro problema inserido nesse debate, que se estende sem conclusões por décadas, é o de saber que, tomada sob o ponto de vista eminentemente político, com todos os vieses ideológicos que isso comporta, a violência se multiplica, chegando a ganhar um preocupante crescimento exponencial à medida que crescem as respostas efetivas ao seu combate. Isso significa, que mais importante até do que entender esse fenômeno de forma acadêmica e sonolenta, pôr em prática, logo de início, as medidas previstas nos códigos legais, de forma ágil e sem hesitações.

É da hesitação da Justiça, em cumprir seu papel, que se aproveitam os malfeteiros para persistirem na criminalidade. A reincidência no cometimento de crimes é, entre nós, o fator que mais tem contribuído para a escalada da violência. Não é por outro motivo que os operadores da Justiça, principalmente aqueles que trabalham na ponta, como os policiais, chegaram a uma conclusão assustadora: os marginais perderam o medo ou o respeito pelos agentes da lei. Debocham dos policiais e até zombam de juízes, sem receio algum de que isso vá resultar em mais penalidades.

Um outro problema de grande importância, também constatado, é que o interior das cadeias e dos presídios nacionais, no seu dia a dia, é controlado pelo crime organizado. Isso significa que quem dá as cartas dentro desses estabelecimentos correionais são os mesmos que cometeram crimes. Dentro desses recintos existem até mesmo regras e leis próprias, redigidas e cobradas pelos detentos. É nessas prisões que se encontram as mais organizadas, profícuas e bem montadas universidades do crime. É um mundo paralelo que as autoridades fingem desconhecer.

Há quem afirme inclusive que os presídios ajudam a multiplicar o número de criminosos. Fosse esse um mundo totalmente fechado e blindado do exterior isso não teria maiores problemas. A questão é que de dentro dos presídios, mesmo os de maior segurança, parte, diariamente, ordens e serviços que devem ser cumpridos por aqueles que estão fora de seus muros. Essa intermediação é feita, ou por familiares ou por uma legião de advogados de defesa, que levam e trazem mensagens, tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro. Há uma espécie de status quo antigo que ninguém ousa alterar ou pôr fim. Somente por essa realidade visível, é possível intuir que mais do que um problema social, o crescimento da criminalidade e da violência dela decorrente é sistêmico e estrutural e está incrustado e enraizado dentro do sistema. Só não vê quem não quer.

Mais importante até do que identificar o fator social, como causa primeira da criminalidade, é reconhecer que o nutriente, dessa máquina infernal que infelicita os brasileiros, é dado por um elemento que não aparece nos estudos acadêmicos e científicos: a corrupção. É ela que nutre e perpetua o crime. Observem que nos países onde a corrupção é um traço insignificante, os índices de criminalidade praticamente inexistem ou são insignificantes. Descontadas as proporções, dentro dos presídios são replicadas e espelhadas as mesmas práticas corruptas que se observam para além de seus muros. É disso que estamos falando. Muito antes de ser um problema social e até político, a violência decorre de um ato de mea culpa, vindo daqueles que têm a responsabilidade sobre essa calamidade.

» A frase que foi pronunciada:

“Você está na prisão. Se você deseja sair da prisão, a primeira coisa que deve fazer é perceber que está na prisão. Se você pensa que é livre, não pode escapar.”

G.I. Gurdjieff

Cuidados

» Mais de 7 milhões de brasileiros foram ludibriados por golpes em 2023. As informações foram divulgadas na pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) Brasil, em parceria com a Offerwise Pesquisas: clonagem do cartão de crédito e/ou débito (6%); compra de produtos em anúncios falsos postados em redes sociais clonadas de amigos e/ou conhecidos (4%); transações financeiras na conta bancária sem autorização (3%); emissão de cartões de crédito sem autorização usando documentos falsos, perdidos ou roubados (3%); empréstimo do nome sem autorização usando documentos falsos, perdidos ou roubados (3%).

» História de Brasília

Na pista da última corrida, próximo à chegada, havia um barraco onde estava escrita a cal a palavra ‘perigo’. O dr. Comparator da Consipa, atualmente em São Paulo, contando isso a amigos, foi em todos os buracos de São Paulo, precisaria de uma turma de duzentos homens trabalhando durante cinco anos para consertar. (Publicada 1/4/1962)

A eterna busca por um melhor transporte público

» JOSÉ NATAL
Jornalista

As cidades brasileiras, e suas comunidades, ao longo do tempo se acostumaram a viver entre tapas e beijos com suas mazelas e agruras. Aqueles problemas que cada um administra como pode. O cardápio de cada uma é rico e variado, para alguns sobram tapas, para outros faltam beijos. Pode ser exagero, mas de repente Brasília se candidata, com todas as honras, para se transformar em uma das cidades com mais problemas no transporte público do país. Seria injusto creditar essa culpa, ou pecado, ao governo local.

Fácil deduzir, simples assim. O GDF, faz a sua parte, abre as concessões, estabelece normas, contrata as empresas, ajusta acordos e o serviço passa a existir. Não se sabe por que, a impressão que se tem é que as empresas, quase todas elas, não se sensibilizam com o conceito da opinião pública sobre elas. A classe política e a sociedade civil sabem que não há fiscalização mais eficiente do que aquela que vem da comunidade. E nos últimos tempos o registro de queixas contra as empresas cresce dia após dia.

Difícil a semana em que não se registrem dois ou três ônibus quebrados pelas ruas da cidade, reboques acionados e uma fila interminável de passageiros à espera pelo socorro salvador. No metrô também há problemas. Há quem diga que o sistema está fadigado. Aqui, confirma-se a máxima de que toda ocorrência gera consequência. A falta de um transporte público eficiente e confortável, obriga o cidadão a sempre buscar o uso do carro.

Os congestionamentos aumentam, a população sofre, e o estresse é inevitável. Evidente que esse caos não é privilégio de

Brasília, mas o que a comunidade pede é que alguém com o poder de decisão se apresente e esboce alguma providência para que esse mal não se perpetue. Que se faça junto a essas empresas uma cobrança por mais cuidado na preparação de equipes. Que exija frotas de veículos que atendam o cidadão sem os atropelos incômodos.

Fatos como esses, sem a culpa do governo local, mancham de certa forma a imagem da administração que se esforça para ser correta. Os governantes, todos eles, cumprem seus mandatos e se empenham para deixar legados, registros de sua gestão no cargo. No caso de Brasília, o transporte público pode se transformar na mais perturbadora herança, legado ruim. Há que se registrar, com justiça, que o governador destinou a cidade obras importantes, e deve se precaver para evitar ser atropelado pela avalanche de problemas gerados no transporte público. Sem saudosismo, vale lembrar aqui o que fizeram alguns ex-governantes de Brasília, para deixar seus nomes na história da capital do país.

O primeiro prefeito da cidade, Israel Pinheiro, nomeado em 1961, deixou como legado o pioneirismo de administrar uma cidade em construção. Depois dele, Wadjô da Costa Gomide, que foi prefeito de março de 1967 a outubro de 1969, deixou seu registro na história com a criação da Companhia de Eletricidade de Brasília, a construção do Palácio do Buriti e a inauguração da cidade do Guarã.

O gaúcho Hélio Prates da Silveira construiu a Ponte das Garças, o Ginásio Nilson Nelson, o Hospital de Taguatinga e entregou Ceilândia aos moradores. O baiano Elmo Se-rejo Farias, engenheiro civil, governou a cidade de abril de 1974 a março de 1979, em pleno

regime militar. Pesquisas da época indicavam um saldo positivo sobre a atuação de Farias. Terminou a obra da Ponte Costa e Silva, fez o viaduto que hoje liga as avenidas W3 Sul e W3 Norte, duplicou a avenida W3 Norte e inaugurou o Parque da cidade, com o nome do filho, Rogério Pithon Farias, que morreu vítima de acidente de trânsito. Joaquim Roriz, administrou Brasília de 1991 a 1994, e depois, reeleito, de 1999 a 2002. Populista, polêmico e talvez o mais votado governante de Brasília até os dias de hoje, Roriz ainda teve um terceiro mandato. Foi em seu governo a consolidação e construção da obra do metrô, a inauguração de Samambaia e a obra do Park Shopping. Roriz, goiano raiz, também é o responsável pelo surgimento dos condomínios, espalhados pelas quatro regiões de Brasília. Pesa sobre ele a crítica de que sob sua gestão, Brasília sofreu invasão de áreas públicas e a formação de comunidades sem o amparo legal das instituições. Sua história política em Brasília o transformou num mito para milhares de seguidores, e a sua passagem pelo Palácio do Buriti ainda nos dias de hoje é relembrada, inclusive pelos adversários de diferentes correntes políticas.

A história registra um intenso mutirão de obras na gestão de José Roberto Arruda, que deixou o governo atropelado por uma devastadora série de denúncias, que na época o levou à prisão, e até hoje o obriga a dar sucessivas explicações à justiça. Mas seu legado de obras é um fato. O sistema de transporte coletivo de Brasília sugere que haja uma série de medidas radicais, para que se evite que o mal cresça, e aumente ainda mais o transtorno e angústia da população. Não seria justo com o GDF prejudicar o legado do governo atual.